

RESENHA/REVIEW

FARACO, Carlos Alberto (org.) (2001) *Estrangeirismos: Guerras em Torno da Língua*. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 191 p.

Resenhado por/by Kanavillil RAJAGOPALAN
(Universidade Estadual de Campinas)

Palavras-chave: *Empréstimos; Política lingüística; Preconceito lingüístico.*
Key-words: *Loan words; Linguistic policy; Prejudice.*

Este livro aparece em boa hora no mercado editorial brasileiro. Já era hora que os lingüistas do país se dedicassem detidamente a um assunto que diz respeito a eles diretamente e que, no entanto, passou à margem das atenções da comunidade por um bom tempo: a saber, a polêmica instaurada pelo Projeto de Lei n.º 1676 de 1999, da autoria do Deputado Aldo Rebelo, em torno da delicada questão da proteção da língua da pátria contra o perigo supostamente representado pela invasão dos chamados “estrangeirismos”. Não é que, até a publicação deste volume, os nossos colegas tivessem optado por ignorar completamente o rebuliço na mídia bem como a apreensão crescente nas camadas mais variadas da população.

Houve, sim, manifestações por parte de alguns entre nós. O próprio Prof. Faraco chegou a publicar um texto na *Folha de São Paulo*, colocando o ponto de vista do lingüista diante do clima do alarmismo e sensacionalismo que se criou em torno do assunto – texto este que, em versão ligeiramente modificada, está entre os artigos que compõem a presente coletânea. Outros colegas também emprestaram as suas vozes ao coro de condenação do uso político de um assunto que, no entender da maioria de nós lingüistas, pede cautela e bom senso. Mas, via de regra, as manifestações feitas pelos lingüistas ficaram circunscritas aos anais de congressos especializados e, por isso mesmo, de pouca circulação fora da comunidade, ou foram divulgadas na forma de textos curtos em jornais e revistas de

grande circulação, onde as severas restrições quanto ao espaço fizeram com que a discussão ficasse, com freqüência, superficial e de pouca sustentação argumentativa.

O presente volume vem suprir a lacuna. Trata-se, em outras palavras, de uma primeira tentativa por parte dos lingüistas profissionais no sentido de colocar para o público geral uma perspectiva com base nos princípios e preceitos que norteiam o seu trabalho científico e, dessa forma, se contrapor ao discurso predominante onde, até o momento, os gramáticos tradicionais e leigos bem intencionados, porém muitas vezes mal informados, têm tido maior exposição. Como diz Faraco, o organizador da coletânea, num trecho do seu texto destacado na contra-capá do livro:

A lingüística não conseguiu ainda ultrapassar as paredes dos centros de pesquisa e se difundir socialmente em contraposição aos outros discursos que dizem a língua no Brasil ... Em termos de língua, vivemos numa fase pré-científica, dogmática e obscurantista.

O livro é composto por oito trabalhos da autoria de lingüistas muito conceituados no cenário nacional e que se têm preocupado com os últimos acontecimentos na esfera do planejamento lingüístico no país. O primeiro texto, intitulado “Estrangeirismos: desejos e ameaças”, da autoria de Pedro M. Garcez e Ana Maria S. Zilles é a versão aprimorada de um outro texto publicado no livro *O Direito à Fala: A Questão do Preconceito Lingüístico*, organizado por Fábio Luiz Lopes da Silva e Heronides Maurílio de Melo Moura (Florianópolis, SC: Ed. Insular, 2000). Os autores apresentam uma discussão bastante esclarecedora do fenômeno de estrangeirismos e as múltiplas formas como a sua presença na língua hóspede (em nosso caso, o Português do Brasil) pode ser encarada, mostrando que as atitudes manifestadas nada têm a ver com fatores lingüísticos propriamente ditos, mas dizem respeito a interesses políticos e ideológicos, muitas vezes inconfessos. Discutem também o mito da pureza, os mais diversos preconceitos que existem no imaginário popular em relação às línguas naturais.

“Guerras em torno da língua - questões de política lingüística” é o título do segundo texto da coletânea e quem o assina é Carlos Alberto Faraco, o próprio organizador do volume. Conforme já disse, trata-se de um texto que já repercutiu na grande imprensa e que provocou o próprio deputado a respondê-lo em tom nada cordial. Em texto intitulado “A neolíngua neoliberal”, publicado no mesmo jornal em 03/06/2001, o de-

putado retruca: “A língua é algo vivo, que precisa respirar e, não duvido, se enriquece e fortalece em contato com outras línguas e culturas. É viva justamente porque é um fato das relações sociais e não tem, como parecem acreditar ilustres professores, vida própria independente da ação dos homens e da sociedade”. Em sua tréplica, intitulada “O maiúsculo e o minúsculo”, Faraco revida em tom não menos estridente: “É lastimável quando alguém simplifica em demasia as realidades complexas: perde a proporção dos fatos e se põe a fazer afirmações desprovidas de qualquer fundamento. Enquanto essas simplificações permanecem nos limites estritos do idiossincrático (são mera crença ou opinião pessoal), parece não haver maiores problemas, afinal cada um acredita naquilo que bem lhe apraz. Contudo, quando essas simplificações ultrapassam tais limites e começam a sustentar ações com repercussão para além do idiossincrático, a situação se torna, no mínimo, preocupante”. Pelo que se vê, a guerra começou com todo o estardalhaço a que tem direito.

Sob o título “Cassandra, Fênix e outros mitos”, Marcos Bagno não poupa ironia em condenar a arrogância com que alguns se acham no direito de opinar a respeito de como os outros devem se comportar em matéria da linguagem. Alguns dos títulos dados às seções sintetizam bem o sentido argumentativo desse texto: “O papel (mofado) das academias de letras”, “Português a ferro e fogo”, “falsos profetas, falsas fênix”, “Ratos, cobras e autos-da-fé”. A conclusão contundente do autor:

Quem precisa ser defendido é o falante do português brasileiro (e não sua língua), que vive no país com maior injustiça social de todo o planeta, com a maior concentração de propriedade fundiária de todo o mundo. É a criança e o jovem que não são acolhidos por um sistema educacional classificado entre os piores do mundo, junto com o sistema público de saúde. É o professor de todos os graus de ensino, humilhado continuamente com salários obscenos e condições de trabalho próximas a escravidão. É o cientista sério que tem de mendigar verbas para levar adiante suas pesquisas (enquanto a corrupção na mais alta esfera federal derrama milhões de dólares a rodo para quem estiver pronto para se vender). Mas a língua ...vamos deixar ela em paz, *ok?* (p. 83)

Quem assina o texto em seguida é John Robert Schmitz. O autor discute a repercussão do projeto de lei n.º 1676/99 na imprensa paulista, fazendo uma retrospectiva da sua própria cruzada nesse campo. Chama a atenção em especial para as dificuldades que os lingüistas como ele encontram em conseguir espaço na imprensa que apenas se preocupa com o

potencial da matéria para cativar o leitor, deixando de lado, com frequência, a sua função de informar o público e de intervir decisiva e imparcialmente nas questões mais importantes.

Em sua contribuição ao livro, José Luiz Fiorin tece considerações interessantes sobre o projeto de lei em discussão. Com muita propriedade, destaca o fato um tanto irônico de que o esforço do nobre deputado, que tem a pretensão de contribuir para a formulação de uma política lingüística para o país, na verdade acaba inviabilizando a sua própria meta ao recomendar uma “planificação lingüística”. O raciocínio do autor se baseia na premissa inquestionável de que “uma política lingüística só existe quando há escolha, seja entre diferentes variedades lingüísticas, seja entre diferentes línguas” (p. 107).

“E por que não nos defender da língua?” é o título do texto seguinte, da autoria de Paulo Coimbra Guedes, que condena “a defesa da língua portuguesa” como “um projeto antigo, conservador, elitista e excludente” (p. 135). Trata-se de um artigo que havia sido publicado no Boletim n.º 4 da Associação da Lingüística Aplicada do Brasil (ALAB) que, por sua vez, era “versão revisada e aumentada do texto publicado no ‘Segundo Caderno – Cultura’ do *Jornal Zero Hora* de Porto Alegre no dia 29/04/00, p. 8”, conforme nota de rodapé do próprio autor. Após arrolar, com muita clareza, uma série de argumentos contra o projeto, o autor destaca a urgência de focar a questão do déficit educacional que assombra o país, pleiteando a tomada de medidas concretas destinadas a resolver problemas reais, ao invés de caçar bruxas como pretendem tentativas fúteis e inócuas como a do deputado Rebelo.

O texto de Ana Maria Stahl Zilles é uma reformulação de um outro publicado no Boletim n.º 4 da ALAB (julho de 2000) e tem como título “Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos”. A autora critica o projeto de lei por não levar em conta uma série de fatos da realidade lingüística brasileira como o da diversidade de dialetos que compõem o idioma nacional e por fazer vista grossa a uma série de injustiças que foram e continuam a ser cometidas em nome, por exemplo, da suposta unidade lingüística. “Por tantos equívocos”, conclui a autora, “só nos resta lamentar que algumas pessoas, imbuídas da crença de que estão defendendo a língua, a identidade e a pátria, na verdade estejam reforçando velhos preconceitos e imposições” (p. 160).

O último texto da coletânea é da autoria de Sírio Possenti. Intitulado “A questão dos estrangeirismos”, o texto, conforme o próprio autor nos diz, foi confeccionado a partir de trechos de outros textos de sua própria autoria, já publicados na mídia. O autor consegue apresentar um ponto de vista bastante sóbrio (porém em um tom cheio de ironia, a marca registrada do seu estilo), em meio a tantas colocações exaltadas que circulam por aí, quer a favor, quer contra o assunto em pauta. Diz o autor:

Em primeiro lugar, diria que se trata de uma causa simpática - para mim, pelo menos, que sou do tempo em que “nacionalismo” não era palavra. Minhas discordâncias em relação ao projeto não têm a ver necessariamente com o objetivo que ele persegue, até porque, pela letra, trata-se tanto de cultivar a língua portuguesa quanto de punir usuários de termos estrangeiros em certas circunstâncias. Gostaria que o projeto produzisse como efeito a descoberta do óbvio: que, para proteger de fato nossa língua, temos que tornar nossa economia poderosa e nossa cultura tão charmosa que nenhuma outra nos tente (p.168).

Conforme já disse, não há como negar a grande importância de um livro como este. Ele veio suprir uma lacuna gritante no mercado editorial brasileiro: um volume que apresentasse, de forma sintética e acessível ao público leigo, o ponto de vista do lingüista diante da polêmica sobre o uso de estrangeirismos que ganha destaque cada vez mais na mídia.

Que este esforço de Faraco no sentido de aproximar o lingüista e o público leigo sirva de exemplo para um número maior de nossos colegas. O desrespeito à figura do leigo foi, infelizmente, um dos princípios fundadores da lingüística enquanto ciência moderna. Saussure despreza as opiniões do leigo, dizendo: “Nenhum outro assunto tem gerado tantas idéias absurdas, tantos preconceitos, tantas ilusões e tantos mitos” (Saussure 1915: 22, apud. Aitchison 2001: 614). Em seu clássico ensaio “Secondary and tertiary responses to language”, Leonard Bloomfield, o pai da disciplina nos Estados Unidos chega a recomendar que o lingüista preste atenção somente ao que seu informante fala *em* sua língua, jamais o que ele possa vier a falar *sobre* a mesma. Ou seja, não sendo uma pessoa que teve passagem pelas aulas introdutórias sobre a nova ciência, o leigo não pode ser considerado confiável no que diz respeito às suas eventuais opiniões acerca da linguagem. Conforme já argumentei em outras oportunidades (Rajagopalan 1999), tal postura fez com que fosse criado um enorme fosso entre o ‘perito’ e o ‘leigo’. Ora, se hoje em dia nós lingüistas estamos percebendo que as nossas opiniões estão cada vez menos sendo levadas em

conta pela opinião pública, acredito que parte da culpa esteja naquele princípio fundador da própria disciplina que efetivamente vedou qualquer possibilidade de um diálogo.

Em outras palavras, o que precisamos fazer com urgência é dar início a uma ampla discussão em torno da nossa própria conduta ao longo do tempo, com objetivo de corrigir eventuais falhas (Rajagopalan - no prelo). O livro de Faraco pode ser considerado como uma boa oportunidade para desencadearmos um processo sério de reavaliação do nosso modo de lidar com o público.

Recebido em fevereiro de 2002.

E-mail do autor: <rajan@iel.unicamp.br>

REFERÊNCIAS

- AITCHISON, J. 2001. Misunderstandings about language: a historical view. *Journal of Sociolinguistics*, 5. 4: 611-619.
- BLOOMFIELD, L. 1944. Secondary and tertiary responses to language. *Language*, 20: 45-55.
- RAJAGOPALAN, K. 1999. Tuning up amidst the din of discordant notes: on a recent bout of identity crisis in applied linguistics. *International Journal of Applied Linguistics*, 9.2: 99-119.
- (no prelo). National languages as flags of allegiance; or the linguistics that failed us: a close look at emergent linguistic chauvinism in Brazil. *Language & Politics*.
- SAUSSURE, F. de 1915. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot.